

Líderes impedem aumento no Congresso

Comissão vai estudar o assunto, mas este mês os parlamentares pagam imposto

BRASÍLIA — As lideranças do PFL e do PMDB impediram que a questão do aumento da remuneração dos parlamentares fosse discutida ontem de manhã na sessão do Congresso, e à tarde, de acordo com um acordo com as outras lideranças, decidiram criar uma comissão para estudar o assunto e propor uma solução para as votações que se reali-

zarão a partir de 22 de novembro. Com isso, todos os deputados e senadores receberão, já este mês cerca de Cz\$ 800 mil a menos do subsídio (do total de Cz\$ 2,6 milhões), quantia que pela primeira vez será descontada para o Imposto de Renda, como prevê a Nova Constituição.

O projeto que estava na Mesa do Congresso, de autoria do deputado Jorge Arbage (PDS-PA), visava a compensar esse desconto com aumento na remuneração, como se fez no caso dos militares, que também eram isentos do Imposto de Renda sobre o total da remuneração, a partir deste mês. Serão regulamenta-

cio de Oliveira (PE), com o apoio do líder em exercício do PMDB, Genebaldo Correa (BA) pediu a retirada definitiva do projeto, porque, segundo ele, antes teria de ser apresentada uma solução apoiada por todas as lideranças.

No final da tarde, as lideranças pareciam mais perto da solução. A comissão a ser constituída pelas lideranças fará uma só proposta para a remuneração dos parlamentares e dos magistrados, que também passam a pagar Imposto de Renda sobre o total da remuneração, a partir deste mês. Serão regulamenta-

dos os limites máximos de vencimentos no serviço público, previstos pela nova Constituição. Com isso se amenizaria o impacto negativo de um aumento puro e simples para os parlamentares.

STF AGUARDA DECISÃO

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) vão continuar recebendo 140% como gratificação por quinquênios até que o Congresso Nacional decida sobre o teto dos vencimentos para os servidores públicos. O presidente do STF, ministro Rafael Mayer, disse ontem que não pretende

encaminhar nenhum projeto de reajuste dos vencimentos ou de alteração das gratificações dos membros do Judiciário. Aguardará os deputados e senadores decidirem sobre a questão dos salários dos servidores públicos em geral.

Mayer demonstrou estranheza ao ser informado da atitude do presidente do Tribunal Federal de Recursos (TFR), ministro Evandro Gueiros Leite, que encaminhou esta semana mensagem ao Congresso de reajuste do salário bruto de seus ministros de Cz\$ 1 milhão para Cz\$ 1.999.920 (vencimentos de Cz\$ 641 mil e representação de Cz\$

1.358.920). Segundo Rafael Mayer, que chegou ontem de viagem de uma semana ao Rio Grande do Sul, os ministros do STF ainda não chegaram a discutir a possibilidade de pedir aumento para compensar a obrigação de pagar o Imposto de Renda nem, eliminar a fórmula de cálculo dos quinquênios, que pela lei 2.019 pode chegar a 140% sobre os salários dos ministros mais antigos. Surpreso com a atitude do presidente do TFR, Mayer pediu uma cópia do decreto e disse ontem que decisão semelhante por parte do STF vai depender de consenso entre os ministros.